

# Missão Militar Francesa de Instrução na Escola Militar

*Durland Puppim de Faria\**

*Carlos Roberto Peres\*\**

No início do século XX, o Exército Brasileiro percebeu a necessidade de sua modernização para fazer frente às novas dificuldades que se vislumbravam no ambiente bélico mundial. As reformas realizadas em 1910, pelo então ministro da Guerra Hermes da Fonseca,<sup>1</sup> deram ensejo a essa modernização, assim como o envio à Alemanha, nos anos de 1908, 1910 e 1912, de pequenos grupos de militares para realizar estágios naquele país, que ficam conhecidos como os “jovens turcos”.

Todavia, a Grande Guerra (1914-1918), como ficou conhecido o conflito na época, acarretou profundas transformações nas doutrinas militares que estavam anteriormente em vigor. Essas mudanças deveriam ser implementadas no Exército Brasileiro, para que não se tornasse obsoleto com o tempo. Muito se discutiu sobre a conveniência da vinda de uma missão de técnicos militares europeus para promover essa remodelação. Entretanto, optou-se em firmar um contrato com o Governo francês para o envio de uma missão

militar com o objetivo de ministrar instrução aos oficiais do Exército Brasileiro.

A Alemanha era considerada, por muitos oficiais do Exército Brasileiro, como o país que possuía a melhor estrutura militar da Europa. No entanto, o Brasil optou por contratar uma missão francesa. Essa escolha pode ser explicada por diversos fatores: o exército francês foi vitorioso na 1ª Grande Guerra Mundial, derrotando seu principal oponente, a Alemanha; o Brasil participou da Guerra<sup>2</sup> ao lado da Tríplice Entente (França, Reino Unido, Rússia e outros) contra as Potências Centrais da Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e outros); alguns militares brasileiros tinham lutado como integrantes do exército francês; entre os anos de 1906 e 1914, uma missão militar da França esteve trabalhando junto à Força Pública do Estado de São Paulo, atual Polícia Militar, com bons resultados;<sup>3</sup> e, por fim, os laços culturais do Brasil eram muito mais fortes com a França do que com qualquer outro país (MACHADO, 2011, p. 395).

---

\* Cel Int (AMAN/91, EsAO/99), graduado em História (Universidade Salgado de Oliveira/10), mestre em História do Brasil (Universidade Salgado de Oliveira/17). É professor da disciplina de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2009.

\*\* Cel Eng (AMAN/72, EsAO/82, ECEME/89), graduado em História (UFRJ/2018). É professor da disciplina de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018.

Em 8 de setembro de 1919, foi assinado o contrato entre os dois países, estabelecendo a vinda de uma missão militar francesa ao Brasil.<sup>4</sup> A Missão Militar Francesa de Instrução (MMF) chegou ao Rio de Janeiro em 1920, chefiada por um general e integrada por mais de 20 oficiais. Forneceu instrutores para Escola de Estado-Maior<sup>5</sup> (EsEM), com um Centro de Estudos Superiores; uma Escola de Aperfeiçoamento para Oficiais<sup>6</sup> (EsAO), para tenentes e capitães de todas as armas, com instruções variadas; uma Escola de Intendência,<sup>7</sup> para oficiais intendentess e administradores; uma Escola de Aplicação do Serviço de Saúde, para a formação de médicos militares; uma Escola de Veterinária;<sup>8</sup> uma Escola de Aviação Militar, com ateliês para os aviões (BELLINTANI, 2009, p. 278-9); e um Curso de Equitação. Porém, somente a partir de 1824, a MMF passou a atuar na Escola Militar do Realengo<sup>9</sup> (EMR), inclusive com um oficial ocupando a função de subdiretor de ensino militar (MACHADO, 2011, p. 395).

## A Missão Indígena

Durante o processo de reforma do Exército Brasileiro, que vinha ocorrendo desde as primeiras mudanças realizadas por Hermes da Fonseca em 1910, o Comando do Exército sentiu a necessidade de melhorar a formação dos oficiais na Escola Militar do Realengo.

Em 1917, os dirigentes do Exército adotaram duas providências efetivas para a modernização da instrução militar, sendo uma relacionada à formação dos sargentos<sup>10</sup> e outra, dos oficiais. Essa última estabelecia, pela primeira vez, um concurso para a seleção de um quadro de instrutores para a Escola Militar do

Realengo, cujo principal critério deveria ser uma reconhecida capacidade para ser instrutor, conforme o modelo alemão (esses fatos deram origem à Missão Indígena) (MACHADO, 2011, p. 392).

Segundo o professor Éltton Licério Machado:

O nome da missão relaciona-se a um grupo de instrutores partidários do estabelecimento de uma cultura militar própria, que, de certa forma, se opuseram à chegada da Missão Militar Francesa (1920). Todavia, não pode ser descartada a velha cultura do ensino bacharelesco provinda da Praia Vermelha, pois os antigos professores, que perdiam cada vez mais espaço, ainda ciosos de suas prerrogativas, viam naqueles “tropiciros” e em suas instruções um arrefecimento intelectual dos quadros do Exército. (MACHADO, 2011, p. 392-3)

De acordo com os documentos oficiais,<sup>11</sup> em 1919, se apresentou o primeiro grupo de oficiais concursados para exercer a função de instrutor na EMR. O general Bento Ribeiro, então chefe do Estado-Maior do Exército, observou que, pela primeira vez, o Estado-Maior do Exército intervinha na escolha dos instrutores daquela escola. Essa nova sistemática de escolha teve a finalidade de proporcionar o ensino prático aos futuros oficiais, salientando ainda o grau de homogeneidade (jovens com a mesma mentalidade profissional) e o fato de que isto seria a esperança para o ensino profissional (DENYS, 1985, p. 16).

De acordo com Jehovah Motta, o regulamento de 1918 apresentava três ideias centrais:

1) recolher as lições da guerra que findava; 2) acentuar, ainda mais, o predomínio, no currículo, do ensino profissional-militar, que já vinha sendo a tônica das reformas de 1905 e 1913; e 3) adotar procedimentos e normas defendidas pugnaz e ardorosamente pelos oficiais que haviam estagiado na Alemanha. (MOTTA, 1998. p. 250)

Quando o assunto da vinda da MMF foi divulgado dentro do Exército, esses oficiais, selecionados por concurso, passaram a constituir um grupo de instrutores que foi apelidado pelos alunos da Escola como a “Missão Indígena”, por analogia aos “jovens turcos” formados na Alemanha e em comparação com a “missão francesa” que estava para ser instalada no Brasil.

Na prática, os trabalhos dos integrantes da Missão Indígena começaram em meados de 1918, ou seja, seis meses antes da apresentação oficial dos instrutores.<sup>12</sup> Em 1919, assumiram toda a estrutura de ensino militar no que concerne à formação inicial dos oficiais. Para comandante da escola foi nomeado o coronel Monteiro de Barros, que, de imediato, passou a apoiar e orientar o novo corpo de instrutores segundo as ideias renovadoras, preconizadas pelos escalões superiores do Exército (MACHADO, 2011, p. 392-3).

Logo, o espírito renovador desses oficiais, dois dos quais ex-estagiários na Alemanha, trouxe grandes inovações, com conhecimentos que ultrapassavam o caráter técnico da instrução e do ensino para atingir a relevância dos valores afetivos, voltados para as raízes e as tradições, em relação à profissão militar, com reflexos para todo o Exército.

Quando a Missão Indígena iniciou seus

trabalhos, estava em vigor o Regulamento de 1918,<sup>13</sup> que foi editado incorporando inovações, principalmente, nos campos do armamento e da tática, refletindo o ambiente da época, enquanto os ensinamentos da guerra ainda estavam latentes.

De início, três grandes modificações: a Escola Prática foi extinta, ficando todo o encargo do ensino com a EMR; a Escola passou a ser subordinada, didaticamente, ao Estado-Maior do Exército; e os oficiais candidatos a instrutor da Escola deveriam se submeter a provas práticas.

Nesse novo Regulamento, foi enfatizado que o ensino deveria ser teórico-prático, devendo a teoria reduzir-se ao indispensável, ser escolhida como um fim útil e, sempre que possível, seguida de um exemplo prático. Destacou, ainda, que o ensino da tática deveria ser realizado de forma concreta, empregando a didática do “caso concreto” e do “tema tático”, estudado na carta e no terreno.

O curso de formação continuou a ser composto pelo curso Fundamental, realizado em dois anos, por todos os alunos, seguido do curso das Armas, realizado em um ano pela Infantaria e pela Cavalaria, e em dois anos pela Artilharia e pela Engenharia.

Em 30 de abril 1919, foi instituído um novo Regulamento,<sup>14</sup> que definiu a finalidade da Escola Militar: “ministrar apenas os conhecimentos necessários ao desempenho das funções de oficial de tropa, até o posto de capitão”. O curso de formação de oficiais continuava sendo composto pelo curso Fundamental, que ocorria nos dois primeiros anos para todos os alunos, e pelo curso Especial,<sup>15</sup> com a duração de um ano. A grande novidade é a equiparação na du-

ração dos cursos das Armas que compunham o chamado curso Especial, que passaram a ter a mesma duração.

Este Regulamento de 1919 procurou realizar a integração do ensino da Escola com a instrução que era ministrada nos Corpos de Tropa, aplicando, em ambos, os mesmos processos de instrução. Com esse currículo a Escola ficou moldada a padrões tipicamente militares, nos quais esses assuntos ocupavam 70% do tempo de estudo, complementados por um ensino prático rigoroso e dirigidos por um regime militar severo (CASTRO, 2004, p. 125).

Nesse ano, o número de alunos matriculados chegou a 750, e as instalações da Escola foram ampliadas.

Em maio de 1922, foi criado o Curso Preparatório para a Escola Militar, que passou a funcionar em um prédio anexo à Escola e que tinha por finalidade preparar os alunos para o concurso para oficial do Exército.

Todavia, no início dos anos 1920, o país voltou a viver momentos de instabilidade política. Embora instalada em uma região afastada do centro do Rio de Janeiro, a EMR foi novamente envolvida. De acordo com um dos instrutores, o então tenente Odylio Denys (1985, p. 17), a rigidez disciplinar da “Missão Indígena” e o ensino militar, com predominância de um modelo mais prático do que teórico, não foram obstáculos suficientes para impedir que os alunos da EMR participassem dos eventos do dia 5 de julho de 1922.<sup>16</sup> Por essa participação, o comandante, todos os instrutores da Missão e 584 alunos foram desligados da escola,<sup>17</sup> encerrado assim, a participação da Missão Indígena na formação dos oficiais do Exército Brasileiro (RODRIGUES, 2008, p. 118).

A principal consequência desse procedimento foi a entrada, na EMR, de membros da Missão Militar Francesa de Instrução,<sup>18</sup> até então afastados da escola. A MMF assumiu, a partir de 1924, as funções de ensino, começando, então, a influência francesa na formação de oficiais. Essa influência perdurou, na formação técnico-profissional, até as proximidades da 2ª Guerra Mundial.

### **A Missão Militar Francesa**

O Congresso Nacional Brasileiro, em 1917, aprovou a lei que autorizava o início das negociações com o Governo francês para a contratação de uma grande missão militar, cuja finalidade seria reorganizar eficientemente o Exército Brasileiro. Essa decisão, embora baseada em uma lógica gerada pela aliança militar durante a guerra, sofreu severas críticas de integrantes do Exército, como narra Bastos Filho:

[...] em todos ramos da preparação militar muito dinheiro e energia têm sido gastos sem método; os regulamentos se sucedem sem as ligações indispensáveis à coesão do aparelho militar, os quartéis são abandonados antes de terminada a construção, o material se estraga por abandono ou esquecimento. Tudo é feito de ocasião, sem unidade de doutrina e de ação; há falta de base orgânica e de um programa de desenvolvimento dessa organização. O mal vem, assim, da alta administração e comando. (BASTOS FILHO, 1994, p. 14)  
(N. da R.: Características originais do texto preservadas pelo autor.)

Em 10 de outubro de 1918, foi assinado o primeiro contrato oficial entre os dois gover-

nos.<sup>19</sup> Naquele momento, a missão tinha como objetivo central apenas desenvolver e organizar um serviço de Aviação Militar para o Exército.<sup>20</sup> Somente em 8 de setembro do ano seguinte, foi realizado o acordo para a vinda para o Brasil de uma Missão Militar Francesa de Instrução. Em março de 1920, chegam ao Rio de Janeiro os primeiros instrutores franceses<sup>21</sup>(MARCUSO, 2012, p. 172).

O general Maurice Gamelin<sup>22</sup> foi o oficial francês indicado para chefiar a MMF e também para a função de assistente técnico para assuntos de instrução e a organização do chefe do EME, porém a MMF estaria subordinada somente ao ministro da Guerra do Brasil, de acordo com o contrato. A duração inicial da missão era de quatro anos, com possibilidade de rescisão após dois anos e de renovação (MARCUSO, 2012, p. 173).

O contrato previa inicialmente a criação de duas escolas de aperfeiçoamento<sup>23</sup>(Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, EsAO, e a Escola de Estado-Maior, EEM) e três escolas especializadas<sup>24</sup> (de Intendência e Administração,<sup>25</sup> de Aviação<sup>26</sup> e de Veterinária<sup>27</sup>). A construção destas escolas foi realizada na gestão do ministro da Guerra Pandiá Calógeras<sup>28</sup>(1919 a 1922).

A carreira do oficial seguia uma sequência intelectual lógica e faseada com sua formação na EMR e, posteriormente, cursando a EsAO e a EEM. Todavia, a MMF não realizou qualquer interferência na condução das instruções na EMR. Segundo Marcusso (1912), o motivo era simples:

a atuação da Missão Indígena apenas começava seu trabalho de reforma da instrução, e o EME não pretendia abrir mão de seu selecionado grupo de instrutores tão facilmente.

No entanto, esse cenário foi alterado significativamente quando a EMR e os instrutores da MI se envolveram na revolta do dia 5 de julho de 1922, causando, consequentemente, o fim precoce dessa, até então, promissora comissão de instrução. (MARCUSO, 1912, p. 177)

## A MMF na Escola Militar do Realengo

Após a participação dos integrantes da EMR nos movimentos de contestação política do governo central, ocorrida no dia 5 de julho de 1922, o comando do Exército, influenciado pela doutrina francesa, determinou que a formação dos futuros oficiais deveria seguir uma estrutura menos politizada e mais técnico-profissional. Estabelecia, também, a necessidade da difusão de um pensamento já existente nas democracias mais avançadas, em que o poder militar deveria ficar subordinado ao poder civil, como acontecia na França e em outros países (MARCUSO, 1912, p. 177).

Com a saída da Missão Indígena, a MMF passou a ocupar esse espaço, principalmente a partir do Regulamento de 1924,<sup>29</sup> que substituiu o de 1919, em que havia um exagero no combate ao “bacharelismo”<sup>30</sup> e ao “paisanismo”<sup>31</sup> de épocas anteriores. O novo Regulamento deu uma guinada extremamente forte na direção do profissionalismo e da prática, porém, sem atender às ciências da cultura geral, necessárias ao complemento dos conhecimentos que deveria possuir um oficial do Exército. Novamente o Exército se punha diante da necessidade de determinar a quantidade adequada de cultura geral a ser introduzida no currículo.

Marcusso (2011) observa da seguinte forma a transição de uma doutrina que

tentava ser genuinamente brasileira para uma doutrina europeia:

[...] Nesse sentido, o regulamento de 1924 vem como o resultado das experiências colocadas em prática na EMR no interregno de 1913 a 1922. Daí, podemos inferir todo o esforço depreendido pelo ministério da guerra em conjunto com o estado maior do exército entre 1913 e 1922 para instituir um ensino prático, com conteúdo essencialmente militar, um conhecimento técnico, tático e militar moderno, com uma disciplina rígida e hierarquizada logrou sucesso, mas apresentou um poderoso “efeito colateral”: **formou oficiais mais capacitados em conhecimentos militares que seus superiores.** Tal efeito contribuiu para os atos de insubordinação ocorridos na Escola em decorrência da adesão de grande parte de seus alunos, e de alguns instrutores, aos episódios do 5 de julho de 1922. (MARCUSO, 2011, p. 77, grifo nosso)

(N. da R.: Características originais do texto preservadas pelo autor.)

Uma das principais críticas, inclusive de militares franceses, era a pouca carga horária destinada a assuntos ligados à “cultura geral”, fato este que causou, inclusive, uma observação por parte do ministro da Guerra Calógeras, que, em seu relatório de 1920, elogiava a Escola, mas já apontava a necessidade de mudanças curriculares,

Continua esta, sob excelente comando, merecendo de dia para dia mais completamente o respeito e o carinho de todos os brasileiros. Nada há que modificar nos programas com que o preparo técnico tem sido ministrado. **O ponto em que um progresso esta reclamando atenção do governo, está**

**em ampliar certos estudos teóricos**, sem prejuízo da orientação pratica atual, a fim de treinar oficiais nas **funções de mais alto nível científico**, ligadas ao provimento das próprias necessidades do Exército. Cumpre acrescentar que tal norma deve sempre ser encarada do ponto de vista militar, sem se perder em generalizações que nada, ou quase nada, tem que ver com a eficiência da força. **O problema está sendo estudado com o carinho que merece a Escola.** (Relatório do Ministro da Guerra, 1920. p.39, grifos nossos) (N. da R.: Características originais do texto preservadas pelo autor.)

Ainda, segundo Marcusso (2012, p. 181), o comando do Exército, no início dos anos 1920, procurou fundamentar a formação do oficial sob uma base mais ampla de conhecimentos, não mais tendo como pressuposto o ambiente da 1ª Guerra Mundial, como foi o caso dos Regulamentos de 1918 e 1919, mas, sim, com o objetivo de capacitar intelectualmente o oficial. Essa preocupação seria o princípio norteador da reforma proposta pelo Regulamento de 1924.<sup>32</sup>

O ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho (1922-1926), demonstrou a mesma opinião de seu antecessor, ao declarar que

Todos sentem que o plano atual está positivamente abaixo das exigências da cultura geral que deve ter um oficial para o cabal desempenho das funções que lhe incumbem (...) (Relatório do Ministro da Guerra, 1922, p.7)

Assim, para solucionar esse problema, foi criado o Regulamento de 1924, que entrou em vigor em fevereiro do mesmo ano.

Esse novo regulamento, pela primeira vez, impôs a necessidade de realização de exa-

mes de saúde rigorosos e de apresentação de um atestado de procedência para os candidatos à Escola Militar. Os cursos continuavam sendo, um Fundamental, com a duração de dois anos para todos os alunos, e quatro especiais, um para cada Arma, com a duração de um ano. O curso Fundamental foi constituído pelo ensino geral e pelo ensino militar, e este, por sua vez, foi subdividido em teórico e prático. Nos cursos especiais das Armas, o ensino seria militar, nas modalidades teórico e teórico-prático.

No primeiro ano, eram ministradas instruções sobre Organização Geral do Exército, Direito Constitucional, Geometria, Higiene Militar, Administração, Armamento, Física e Eletricidade, além das atividades práticas de Tiro com Fuzil, Educação Física e Esgrima.

No segundo ano, constavam Regulamentos de Campanha, Fortificações, Topografia, Química, Cálculo, Mecânica e Explosivos. Na parte prática, além das atividades do primeiro ano, realizava-se construção de pontes, entre outros.

No terceiro ano, as instruções variavam de acordo com o curso escolhido pelo aluno. No curso de Infantaria, o aluno aprendia a manusear os armamentos orgânicos da arma de Infantaria e estudava seus regulamentos e tática. No curso de Cavalaria, o aluno recebia instrução sobre o emprego de Armas a pé e a cavalo, a construção de fortificações e o serviço de campanha, além do estudo dos regulamentos de cavalaria e táticas. No curso de Artilharia, era realizada a prática de tiros com diversos canhões e o emprego das armas de artilharia, privilegiando, na parte teórica, os assuntos específicos da Artilharia. No curso de Engenharia, eram transmitidas noções de Eletricidade, Material de Engenharia, Resistência dos Materiais, Pontes Militares, tra-

balhando, na parte prática, com a construção de fortificações, pontes, rotas, caminhos de ferro, telefonia, entre outros<sup>33</sup> (BELLINTANI, 2009, p. 340-1).

Esse novo currículo procurou harmonizar o ensino das ciências com o das atividades técnico-profissionais. Houve o aparecimento de uma disciplina chamada de “Aplicações da Química, da Física e da Mecânica à Técnica Militar”, que procurava fundir a atividade científica à militar, dando um sentido prático ao emprego da ciência na profissão militar (MARCUSO, 2012, p. 181).

Com o objetivo de facilitar o ingresso de jovens que desejassem seguir a carreira de oficial do Exército, foi criado, em 1923, o Curso Preparatório para a Escola Militar, com duração de um ano. Os alunos desse curso eram considerados como discentes da EMR. Em seu currículo, contava Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria, Desenho Linear, Física, Química e História Natural.<sup>34</sup>

Junto com a entrada em vigor do regulamento de 1924, a MMF passou a atuar diretamente sobre a EMR, desenvolvendo instruções mais práticas que teóricas, com destaque para os Serviços de Campanha, os exercícios de Tiro e de Educação Física (BELLINTANI, 2009, p. 340). Essa ação dos instrutores franceses foi relatada pelo então aluno Malan:

Pela primeira vez a escola passou a dispor de um oficial francês da Missão, especialista em educação física. Ele teve que se ater a instruir monitores selecionados e a fiscalizá-los na retransmissão dos ensinamentos adquiridos, com a ajuda de instrutores auxiliares. (MALAN, 1988, p. 137)

O apoio prestado pela MMF<sup>35</sup> à EMR deu início a um novo ciclo na formação de oficiais do Exército. Os oficiais franceses prestariam um extraordinário serviço ao fortalecimento do profissionalismo da Força Terrestre, até o ano de 1940, em plena interação com os oficiais instrutores brasileiros.

Nesses dezesseis anos em que esteve atuando junto ao Exército Brasileiro, a MMF dispôs sobre os aspectos essenciais do ensino no Exército, inclusive com o programa, que foi por ela estabelecido e levado à apreciação do chefe do Estado-Maior do Exército, por intermédio do chefe da MMF. Segundo Malan:

Sem dúvida, o que caracterizou esta primeira fase quanto à instrução foi a instrução objetiva, sistemática e consciente dos ensinamentos antes apresentados em sala e teóricos. Passamos a viver, em tática, o caso concreto, tão próximo da realidade quanto podiam montar aqueles que os tinham vivido. (MALAN, 1988, p. 110)

As linhas mestras do ensino orientado pela MMF priorizavam a adaptação às situações inéditas; a exigência de raciocínio para solucionar problemas táticos; a aplicação do esforço pessoal; e o desenvolvimento da flexibilidade, apoiados em método lógico e coerente. A aplicação desses temas táticos permitiu a evolução do pensamento militar do Exército Brasileiro.

Convém destacar que o novo currículo para a Escola,<sup>36</sup> anteriormente citado, tinha como meta preparar o oficial o dotando de conhecimentos científicos e técnico-profissionais sólidos, mas que viessem a ser aprimorados, posteriormente, na Escola de Aperfeiçoamento

e complementados ao longo da carreira.

Ainda, de acordo com Malan (1988, p. 112), os objetivos a atingir eram traçados desde o primeiro ano, visando a “preparar a instrução do soldado e habilitar para o comando do grupo e do pelotão”. Esta instrução era ampliada e consolidada no segundo e no terceiro ano, quando ocorria a especialização em um dos cursos das Armas, de forma que, ao final do curso, o oficial fosse um instrutor competente e dispusesse dos conhecimentos indispensáveis até ao posto de capitão.

Em outro de seus trabalhos sobre o tema, Malan (1977, p. 302) verificou que, mesmo com a presença da “Missão Francesa”, aspectos da vida nacional indicavam a necessidade da evolução do ensino, conforme destaca o autor:

Em 1924, depois dos choques armados do ano anterior, ocorridos no interior do Rio Grande e que se prolongariam de janeiro a dezembro até a Ata de Pacificação de Pedras Altas, irrompe em S. Paulo, no mesmo quinto dia do mês de julho, o movimento chefiado pelo general da reserva Izidoro Dias Lopes. Essa insurreição se prolongaria pelo restante do ano de 24, voltaria à tona em maio de 1925 com a invasão de Mato grosso e início da trajetória da chamada Coluna Prestes, repercutindo no Rio com o fracassado assalto ao 3º RI. (MALAN, 1977, p. 302)

De acordo com o autor, estes fatos não tiveram repercussão direta sobre a EMR, mas motivaram a criação da primeira Lei do Ensino Militar,<sup>37</sup> que dispunha sobre as diversas escolas já existentes no Exército e criava outras, destinadas à especialização.



Aquela mesma Lei criou a Escola de Engenharia Militar, atual Instituto Militar de Engenharia, que passaria a formar os engenheiros do Exército e determinou a revisão dos regulamentos das Escolas Militares.

O novo estatuto e o currículo, elaborado no início do ano letivo de 1929, em linhas gerais, acompanharam os anteriores, porém, embora houvesse equilíbrio entre o ensino científico e o técnico-militar, havia um pequeno aumento da carga horária da parte prática dos assuntos peculiares a cada uma das Armas.

Os cursos continuaram sendo, um Fundamental, comum a todos os alunos, e quatro especiais, um para cada Arma, sendo que houve modificação na sua duração, passando o primeiro a ter a duração de um ano e o segundo a duração de dois anos.

De acordo com o que nos apresentou Bastos (1994), foi possível verificar que o ensino nas escolas militares evoluía constantemente no sentido de aprimorar a formação técnico-profissional, como se pode observar no texto do autor:

Nelas, o ensino é ministrado pela Missão Francesa, de acordo com programas já aprovados pelo ministro da Guerra e com **caráter essencialmente prático, baseado, sobretudo, na resolução de casos concretos, na carta e no terreno**. Completa-os uma instrução de ordem geral, que tem por fim interá-los das grandes questões nacionais e mundiais, atualmente na ordem do dia. (BASTOS, 1994, p. 142, grifo nosso)

Ainda de acordo com Bastos (1994, p. 143), foi também criado o cargo de “diretor do

Ensino Militar”, função que viria a ser exercida pelo oficial integrante da MMF, encarregado de “coordenar todo o ensino tático, tanto o teórico como o prático” e “apresentar ao comandante o programa das matérias, emitindo parecer”. A partir de então, o oficial francês seria, efetivamente, responsável pela orientação, planejamento, coordenação e controle do ensino.

Ao apreciar este currículo, pode-se concluir que não houve uma grande modificação no que diz respeito às disciplinas ensinadas, quer seja na área das ciências, quer seja na técnico-profissional.

O aumento do período dedicado ao ensino técnico-profissional nas Armas possibilitou um maior aprimoramento nas instruções peculiares de cada curso, evitando uma sobrecarga de instrução de Infantaria, para as outras Armas, como vinha acontecendo.

A partir deste Regulamento, a atuação dos instrutores franceses mostrou-se mais eficiente. Eles eram substituídos periodicamente, até 1930, sem que se alterasse o efetivo total de trinta e seis oficiais, em todo o Exército, constante do contrato inicial.

Ainda neste mesmo ano e nos seguintes, as consequências da Revolução de 1930 mudaram esta situação. As novas chefias militares reduziram a composição da Missão de trinta e seis oficiais para dezoito e limitaram sua ação. Dessa forma, iniciou uma crescente participação de oficiais instrutores brasileiros, supervisionada por oficiais franceses, até o início da década de 1940.

A EMR não se envolveu na Revolução de 1930, nem na Revolução Constitucionalista de

1932, ocorrida em São Paulo, porém, as consequências de ambas as revoluções, motivaram a implantação de um novo programa de ensino, sob coordenação da MMF.

Em 1934, foi editado um novo regulamento,<sup>38</sup> que modificava a duração do curso da EMR para quatro anos, embora, desde 1919, vinha sendo verificado que três anos de estudos eram suficientes para formar os oficiais de qualquer das Armas. A ideia de ampliar os cursos tinha por objetivo utilizar um programa de ensino mais amplo, com mais conhecimentos sobre Sociologia e Economia Política.

O grande objetivo era ampliar os programas de ensino e, com isso, ampliar o conhecimento dos oficiais, sem, no entanto, alterar radicalmente o currículo, embora este se tornasse mais rico em Ciências Sociais. Este Regulamento foi o primeiro a ser organizado e elaborado por oficiais brasileiros, desde a chegada ao Brasil da MMF. Os métodos e processos de ensino buscavam a objetividade, pela aplicação da doutrina em vigor, voltada para a campanha. Os oficiais brasileiros que elaboraram esse Regulamento demonstravam, nessa primeira experiência, estar no caminho do amadurecimento de suas condições de autonomia técnica no ensino militar. A qualidade do texto pode ser constatada quando se observa a semelhança de suas prescrições com as que permanecem válidas na atualidade.

Neste mesmo ano, o efetivo francês passou a ser de apenas sete oficiais, tornando-se nítida a preparação para o final da participação francesa em nossa atividade de ensino.

Este novo Regulamento de 1934, na prá-

tica, não funcionou, tendo em vista que o Decreto 192, de 20 de junho de 1935, mandou suspender a sua execução e determinou que os cursos voltassem a ser realizados em três anos, para todas as Armas. Foi determinado, ainda, o retorno ao que estava preconizado no Regulamento e currículo de 1929, com pequenas alterações que expressavam os ensinamentos colhidos nos eventos de 1930 e 1932. Esta modificação foi realizada, também, por oficiais brasileiros, definindo a tendência que se firmaria a partir de então. Consta-se, também, que o ensino na Escola, nesse momento, já estava bastante evoluído e aperfeiçoado, se comparado com períodos anteriores.

Ainda em 1935, em 27 de novembro, o levante comunista ocorrido simultaneamente no Nordeste e no Rio de Janeiro, teve consequências diretas sobre a EMR. O episódio mais dramático foi a tentativa de conquista, pelos revoltosos, do Regimento de Aviação da Escola de Aviação, localizada no Campo dos Afonsos, quando o ambiente escolar na sede do Realengo foi turvado por um intenso e duradouro sentimento de comoção, em razão da forma como ocorreu o fato e da perda de jovens companheiros inocentes.

### **A criação da Inspetoria-Geral do Ensino do Exército**

No ano de 1937 foi criada a Inspetoria-Geral do Ensino do Exército (IGEE), que passou a ser o órgão que coordenaria todo o ensino no Exército. De acordo com o decreto<sup>39</sup> de sua criação, a IGEE, órgão do Estado-Maior do Exército, passaria a

centralizar, orientar, regular, coordenar e superintender todos os assuntos relativos ao ensino nos Colégios, Institutos, Centros, Escolas e demais estabelecimentos de ensino do Exército, bem como nas Unidades e Contingentes aos mesmos subordinados.

Ainda no mesmo ano, em 23 de dezembro, foi aprovada a Lei do Magistério Militar,<sup>40</sup> que normatizava o exercício do magistério no Exército, tornando-o mais eficaz e possibilitando que os professores se dedicassem, exclusivamente, a esta atividade.

### **A nova Lei do Ensino Militar**

No ano de 1938, foi editada a Lei do Ensino Militar,<sup>41</sup> em que constava que o ensino militar no Exército tinha por finalidade preparar os especialistas necessários para conduzir as “Forças Nacionais”, em todos os escalões da hierarquia militar. A Lei previa, ainda, que a instrução militar fosse ministrada segundo métodos variáveis de graduação.

Neste mesmo ano, foi iniciada a construção da nova escola militar, na cidade de Resende-RJ, como fora idealizado em 1931.

### **Os anos de 1939 e 1940: o ambiente do conflito mundial atinge a Escola Militar**

O impacto da 2ª Guerra Mundial, iniciada em 1º de setembro de 1939, coincidiu com o término do contrato da MMF e a retirada dos seus últimos membros entre 1940 e 1942. Assim, no início da década, com o incremento da edição e da difusão de manuais e regulamentos em português e o domínio das técnicas e dos

conhecimentos táticos pelos instrutores nacionais, o ensino militar na Escola retornou, totalmente, aos oficiais do Exército Brasileiro.

Em 1940, foi aprovada a primeira parte do novo Regulamento da Escola Militar,<sup>42</sup> que estava em elaboração desde a promulgação da última Lei do Ensino Militar. As preocupações com a ameaça de participação na 2ª Guerra Mundial estavam nítidas em seu texto. O curso tinha por finalidade instruir os oficiais na técnica de comando das frações e informar sobre as principais questões de ordem política, econômica, social, histórico-geográfica e técnica, referentes à preparação e à execução da guerra.

O Regulamento prescrevia que a didática da instrução fosse essencialmente objetiva, restringindo ao máximo as exposições teóricas. O processo de instrução mais utilizado deveria ser o exercício tático, baseado no terreno e representado em carta topográfica.

Este Regulamento alterava, novamente, a duração dos cursos, que passavam a ser realizados em quatro anos, constituindo os primeiro e segundo anos, o curso Fundamental, e os terceiro e quarto anos, o curso Profissional. Pretendia-se, com essa modificação, proporcionar mais tempo para o amadurecimento dos ensinamentos, garantindo uma aprendizagem segura e consistente.

A estrutura do currículo, a seguir apresentado, em linhas gerais acompanhava o que vinha sendo feito desde 1924 e, levando em conta que o curso teria a duração de quatro anos, havia tempo para a inclusão da Sociologia e da Geografia Militar, para dar maior alcance ao ensino da Administração e da Legislação Mili-

tar e do Direito e, ainda, para melhorar o ensino da Física, da Química e da Topografia, com a inclusão de atividades práticas em laboratório e no campo.

Este novo currículo pretendia valorizar a qualidade do ensino e a sua integração por intermédio de uma programação que possibilitasse a complementaridade dos assuntos de forma que o primeiro servisse de base para o subsequente. Procurava, também, enfatizar a necessidade de maior participação do aluno no processo ensino-aprendizagem, ou seja, de uma “escola ativa”, que valorizasse mais o aluno, colocando-o como foco da atividade de ensino.

Apesar desta grande quantidade de modificações e de colocar o aluno como elemento mais importante do processo, este Regulamento teve curta duração, principalmente, em razão do aumento do tempo de realização dos cursos.

### **O Regulamento da Escola Militar de 1942: as influências da Segunda Guerra Mundial**

Assim, em 1942, foi aprovado um novo regulamento para a Escola Militar,<sup>43</sup> cuja grande modificação foi a redução do tempo de duração dos cursos, que foram estruturados em um curso Fundamental, a ser realizado em um ano, e um curso Profissional, com a duração de dois anos.

Este Regulamento já incorporou parte das experiências dos oficiais brasileiros que estavam estagiando no Exército dos Estados Unidos a partir do início da Segunda Guerra Mundial, passando a enfatizar a utilização dos meios auxiliares de instrução, tornando a instrução ainda mais “ativa”. O currículo, contido

no Regulamento, enfatizou as atividades práticas e procurou realizar o ensino dentro de uma sequência de aprendizado contínuo e gradual, apresentando em suas linhas principais as reformas e inovações dos últimos vinte anos.

Quando da elaboração destes, regulamento e currículo, estava também, chegando ao fim, uma era de formação de oficiais de carreira da linha de ensino militar bélico no Realengo, de vez que já estavam bastante adiantadas as obras de construção da nova Escola Militar, em Resende, e sua inauguração estava prevista para 1944.

Em 1943, foi publicado o Decreto<sup>44</sup> que definia que as atividades da Escola Militar, no Realengo, seriam encerradas em 31 de dezembro de 1944 e que a Escola Militar de Resende passaria a funcionar a partir de 1º de janeiro daquele mesmo ano, dando fim à formação de oficiais do Exército no bairro do Realengo.

Dessa forma, o ano de 1944 representou o último ano de funcionamento da Escola Militar no Realengo, onde foram mantidos os segundo e terceiro anos. Nesse mesmo ano, a Escola Militar de Resende passou a funcionar apenas com os alunos do primeiro ano. Ambas as Escolas mantiveram o mesmo Regulamento em vigência.

Neste mesmo ano, por meio da Portaria Ministerial de 28 de junho 1944, foi extinta a Escola de Intendência, que funcionava na região de Benfica, no Rio de Janeiro. Esta mesma portaria criou o curso de Intendência, que seria realizado na Escola Militar juntamente com os demais cursos de formação de oficiais de carreira da linha de ensino militar bélico do

Exército e com a finalidade de estruturar o apoio logístico e as atividades administrativas em campanha.

No mesmo ano em que a Escola Militar se instalou em Resende (1944), partiu do Rio de Janeiro, em 2 de julho, a Força Expedicionária Brasileira para lutar contra o nazifascismo nos campos de batalha da Itália.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Escola se manteve fiel aos programas de ensino, currículos, métodos e processos introduzidos pela MMF, buscando, no entanto, o seu amadurecimento com base na experiência, na inteligência, na cultura e no profissionalismo alcançado pelo oficial brasileiro.

## Considerações finais

O Governo brasileiro resolveu contratar a Missão Militar Francesa porque eram visíveis as deficiências encontradas na Força Terrestre. Esses problemas não se limitavam apenas à carência de efetivo e de equipamentos militares; iam muito mais além, envolviam o preparo militar e a própria organização do Exército.

Embora a atuação principal da MMF tenha ocorrido em outras escolas, a sua tardia inserção na Escola Militar do Realengo, atuando no campo intelectual e doutrinário, foi de grande importância para transformar a escola em um verdadeiro centro formação de oficiais, que acabou por torná-los, muitas vezes, mais bem qualificados que seus próprios comandantes. **REB**

## Referências

### Correspondências

Correspondência de Salats, chefe de esquadrão, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.06.1919. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

### Decretos

BRASIL. Decreto nº 12.977, de 24 de Abril de 1918. Approva o regulamento para a Escola Militar. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 5 maio 1918. Seção 1, p. 6349.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 13.574, de 30 de Abril de 1919. Approva o regulamento para a Escola Militar. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 6 maio 1919. Seção 1, p. 2128.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 16.394, de 27 de Fevereiro de 1924. Approva o regulamento para a Escola Militar. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 7 mar.1924. Seção 1, p. 6251.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 5.632, de 31 de dezembro de 1928. Dispõe sobre o ensino militar e dá outras providencias. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 5 jan. 1929. Seção 1, p. 405.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 16.394, de 27 de fevereiro de 1924. Approva o regulamento para a Escola Militar. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 7 mar. 1924. Seção 1, p. 6251.

- \_\_\_\_\_. Decreto nº 23.994, de 13 de Março de 1934. Aprova o Regulamento da Escola Militar. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 26 mar. 1934. Seção 1, p. 5721.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 1.729, de 22 de junho de 1937. Aprova instruções para matrícula na Escola Militar. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 5 jul. 1937. Seção 1, p. 14390.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 103, de 23 de dezembro de 1937. Regula o exercício do magistério no Exército. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 30 dez. 1937. Seção 1, p. 25824.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 432, de 19 de maio de 1938. Regula o Ensino Militar ao Exército. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 31 maio 1938. Seção 1, p. 1938.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 5.543 de 25 de abril de 1940. Aprova a primeira parte do Regulamento da Escola Militar. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 2 maio 1940. Seção 1, p. 7839.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 8.918, de 4 de Março de 1942. Aprova o Regulamento para a Escola Militar, 1ª parte. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 12 mar. 1942. Seção 1.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 6.012, de 19 de novembro de 1943. Cria a Escola Militar de Resende, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 22 nov. 1943. Seção 1, p. 17084.

## **Relatórios**

Relatório do Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso Aguiar, 1918.

\_\_\_\_\_, João Pandiá Calógeras, 1920.

\_\_\_\_\_, General Setembrino de Carvalho, 1922.

## **Bibliografia**

- BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Biblioteca do Exército, 1994.
- BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. 2009. 698 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- DE ROUGEMONT, Maurice. O papel do oficial numa democracia moderna. In: Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 108, 1923, pp. 358-360.
- DENYS, Odylio. **Renovação do Exército: Missão Indígena**. Revista A Defesa Nacional. Rio de Janeiro: 1985.
- GOIS JUNIOR, Edivaldo. Nacionalismo, Educação Física e a missão francesa na Força Pública de São Paulo: uma comunidade imaginada (1906-1913). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo; v. 30, n. 4, p. 1023-32, Out.- Dez. 2016.
- MACHADO, Élton Licério Rodrigues, A Evolução Doutrinária do Exército: da Independência ao Início do Século XXI. In: FARIA, Durland Puppim. **História Militar do Brasil**. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras. 2011.

---

MALAN, Alfredo Souto. **Missão militar francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

MALAN, Alfredo Souto. **Uma escolha, um destino**. BIBLIEX. Rio de Janeiro. 1977.

MARCUSSO, Marcus Fernandes. **A Escola Militar do Realengo e a formação do oficial do Exército Brasileiro (1904-1929)**. 2012. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MARCUSSO, Marcus Fernandes. A Modernização da Educação Militar Brasileira: a experiência da escola militar do realengo (1913-1922). **Trilhas Pedagógicas**, Pirassununga; v. 1, n. 1, p. 65-79, Ago. 2011.

MOTTA, J. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

RODRIGUES, F. da S. **Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946**. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História Política) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ROESLER, Rafael. **O impulso renovador: a atuação da Missão Indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1922)**. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

---

<sup>1</sup> Foi comandante da Escola Preparatória do Realengo, em 1904, quando reprimiu a Revolta da Vacina; foi ministro da Guerra (1906-1908), quando enviou oficiais para treinamento no Império Alemão, os quais, retornando ao Brasil, ficaram conhecidos como os “Jovens Turcos”; e foi presidente do Brasil entre os anos de 1910 e 1914.

<sup>2</sup> Pelo Decreto de 26 de outubro de 1917, o Congresso Nacional reconheceu o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil.

<sup>3</sup> Entre os anos de 1906 e 1913, o Governo do estado de São Paulo contratou uma missão militar francesa, quinze anos antes de o Governo central para preparar a sua polícia. (GÓIS JUNIOR, 2016, p. 1023)

<sup>4</sup> O representante brasileiro negociou os termos do contrato após autorização dada pelo Congresso Brasileiro, por meio do Decreto Legislativo nº 3.674, de 7 de janeiro de 1919, que autorizava contratação de “uma missão de oficiais estrangeiros para instrução do Exército, devendo o respectivo Chefe servir junto ao Estado-Maior como assistente técnico; e a abrir o crédito necessário para a execução desse serviço, de acordo com o regulamento que expedir”. (MALAN, 1988, p. 65)

<sup>5</sup> A EEM foi aberta oficialmente no dia 7 de abril de 1920.

<sup>6</sup> A EsAO foi oficialmente aberta no dia seguinte da abertura da EEM, 8 de abril de 1920.

<sup>7</sup> Embora o contrato só faça referência à Escola de Intendência, o Relatório da Guerra de julho de 1921, do ministro Calógeras, refere-se, na página 36, ao início das aulas de Administração, em meados de 1921.

<sup>8</sup> A Escola de Veterinária do Exército foi aberta em 1914, porém já existia, desde 1910, o chamado Curso de Veterinária.

<sup>9</sup> Nos documentos oficiais da época era usado apenas o nome “Escola Militar”; a opção por chamá-la de Escola Militar do Realengo deriva da larga utilização dessa alcunha pela literatura especializada consultada.

<sup>10</sup> Foi criado o Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Infantaria, que serviu inicialmente para a formação dos sargentos instrutores dos Tiros de Guerra e, mais tarde, foi transformado na Escola de Sargentos

de Infantaria.

- 11 Diário Oficial de 6 de dezembro de 1918.
- 12 A turma inicial de instrutores foi composta por treze oficiais, que foram nomeados pela Portaria do Ministro da Guerra, general Alberto Cardoso de Aguiar, de 5 de dezembro de 1918, publicada no Diário Oficial de 6 de dezembro de 1918.
- 13 Esse regulamento estabelecia as normas de funcionamento da EMR. Decreto 12.977, em 24 de abril de 1918.
- 14 O Regulamento de 1919 substituiu o Regulamento de 1918. Decreto nº 13.574, de 30 de Abril de 1919.
- 15 Na realidade, eram quatro cursos distintos, sendo um para cada Arma: Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia.
- 16 Nesse dia, ocorreu um movimento revolucionário quase que simultaneamente na EMR e no Forte de Copacabana. Os revoltosos acreditavam que as demais forças da guarnição militar aderissem à revolução, mas esse fato não ocorreu. As tropas, em sua grande maioria, conservaram-se fiéis ao Governo e à legalidade. A EMR, comandada pelo Ten Cel Xavier de Brito e tendo como oficiais vários capitães e tenentes revoltosos, iniciou a ação na noite de 4, porém o movimento foi rapidamente debelado pelas forças legalistas.
- 17 Em virtude dos acontecimentos de julho, “foram desligados 584 alunos, que, somados a 32, também desligados por diferentes motivos, e a 2, excluídos por morte, perfazem um total de 618” (Relatório do Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, 1922, p. 15). O Relatório aponta, ainda, que havia iniciado o ano com 666 alunos regularmente matriculados. Desses, somente 45 foram matriculados nos diversos cursos para o ano de 1923. (ROESLER, 2015, p. 143)
- 18 A MMF já estava no Brasil desde 1919, ocupando-se de reorganizar o Estado-Maior do Exército e outras instituições do alto escalão militar.
- 19 Contrato firmado entre o Brasil e a França, para o envio de uma missão de Aviação. (MALAN, 1988, p. 227)
- 20 Era composta por três oficiais aviadores, três monitores de aviões e três mecânicos de motores. A missão também ficaria responsável pela criação de uma escola de aviação.
- 21 De acordo com BASTOS FILHO, 1994, p.74-82.
- 22 O general Maurice Gustave Gamelin era um renomado militar, herói da 1ª Guerra Mundial e chegando à Chefia do Estado-Maior do Exército Francês em 1931. A MMF teve três chefes ao longo do período em que esteve em funcionamento, o general Gamelin em 1920, o general Coffec em 1925 e o general Spire em 1928.
- 23 As escolas de aperfeiçoamento tinham como objetivo formar oficiais com conhecimentos militares e gerais para exercer a funções de comando, tanto em tempo de guerra como em tempo de paz.
- 24 As escolas de especialização procuravam dotar os oficiais de um conhecimento técnico específico.
- 25 O Curso de Administração, que era subordinado à Diretoria da Administração da Guerra, passou a ter como diretor técnico um oficial da MMF. (Relatório do Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso Aguiar, 1918, p. 27)
- 26 A Escola de Aviação tinha como objetivo ministrar a oficiais e sargentos do Exército ativo e a oficiais da reserva instrução de pilotos, mecânicos e observadores, para o serviço de aeronáutica do Exército. (Relatório do Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso Aguiar, 1918, p. 27)
- 27 Na Escola de Veterinária, funcionou o curso de veterinária, tendo como anexo um curso de ferradores, junto à Diretoria de Saúde do Exército, sob a direção técnica de um oficial da missão estrangeira e na forma por ele regulada. (Relatório do Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso Aguiar, 1918, p. 27)
- 28 João Pandiá Calógeras foi o primeiro e único civil a exercer o cargo de ministro da Guerra na história republicana brasileira, no governo do presidente Epitácio Pessoa, de 3 de outubro de 1919 a 15 de novembro de 1922.



- 
- <sup>29</sup> Em 27 de fevereiro de 1924, junto com o início das atividades da Missão Francesa na Escola Militar, por meio do Decreto 16.394, daquela data, foi publicado um novo regulamento, que trazia em seu bojo um novo currículo.
- <sup>30</sup> Bacharelismo era uma um termo empregado em uma conjuntura sociopolítico-cultural em que era muito valorizado o título de bacharel.
- <sup>31</sup> A Expressão paisanismo tem relação com as atitudes não militares.
- <sup>32</sup> Decreto nº 16.394, de 27 de Fevereiro de 1924.
- <sup>33</sup> Documento. Paris: Arquivo SHAT, 3391.
- <sup>34</sup> Boletim do Exército, n.82, 25.03.1923. Brasília: Arquivo Biblioteca do Superior Tribunal Militar.
- <sup>35</sup> A MMF já havia sido contratada desde setembro de 1919 pelo Governo brasileiro para auxiliar na instrução e modernização do Exército, mas sem ação direta na Escola Militar até então.
- <sup>36</sup> Decreto nº 16.394, de 27 de fevereiro de 1924.
- <sup>37</sup> Decreto 5.632, em 31 de dezembro de 1928.
- <sup>38</sup> O Regulamento de 1934 foi editado por meio do Decreto 23.994, de 13 de março de 1934.
- <sup>39</sup> A Inspetoria-Geral do Ensino do Exército foi criada pelo Decreto 1.729, de 22 de junho de 1937.
- <sup>40</sup> Decreto-Lei nº 103, de 23 de dezembro de 1937.
- <sup>41</sup> Decreto-Lei nº 432, de 19 de maio de 1938.
- <sup>42</sup> Decreto nº 5.543, de 25 de abril de 1940.
- <sup>43</sup> Decreto nº 8.918, de 4 de março de 1942.
- <sup>44</sup> Decreto-Lei nº 6.012, de 19 de novembro de 1943.